



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Local: PRODERJ – Avenida Presidente Vargas, 817 – 14º andar – Centro – RJ

Processo: E-04/171/221/2018

Objeto: ELABORAÇÃO DE UM FUTURO TERMO DE REFERÊNCIA RELATIVO AO PROJETO DA REDE GOVERNO (INFOVIA 3.0)

Data: 10 de julho de 2019

Horário: 10h00min.

No local e data acima citados, reuniu-se no Auditório do 14º andar do DETRAN, os servidores; Marco Eugênio Di Benedetto - Vice-Presidente de Tecnologia; Daniel Luzente - Gerente de Redes e Telecomunicações (GRT); Roberto Cardoso - Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica do PRODERJ; e Marcelo Lintomen - Assessor de Segurança da Informação, juntamente com os representantes das empresas presentes: TELEMAR NORTE LESTE S.A, Sra. TATIANA ZOUAIN; Sr. LUIS MARCEL NOTARI; Sr. MARCUS VINÍCIUS F. DE AZEVEDO SILVA; CLARO/EMBRATEL – Sra. RENEE LEAL; Sr. BRUNO CASTRO SOUZA; Sr. BRUNO LEMOS – SEDEC; Sr. CUSTÓDIO JUNIOR – SEPOL; Sr. WALDECYRO DE OLIVEIRA BARROS – SEPOL; Sr. FELIPE AUGUSTO – SEEDUC; Sr. ELENILSON GOMES – SES; Sr. LUCAS PEREIRA – BLOCKBIT; para esclarecer e dirimir dúvidas quanto às Especificações Técnicas e ANEXO I do Edital, para a elaboração de um futuro TERMO DE REFERÊNCIA.

Às 10h e 15min no auditório do 14º andar do DETRAN foi dado início a audiência pública, apresentando o objetivo da audiência, os componentes da mesa e as regras do Edital.

O Sr. Marco Di Benedetto abre a sessão e passa a palavra para o Sr. Daniel Luzente que inicia a apresentação. Os pontos a serem discutidos são apresentados e explicados aos presentes, conforme item 12 da Especificação Técnica.

1. Estimativa de prazo e fases para possível migração

2. Divisão por lotes

Lote 1 – Rede IP Governo, Lote 2 – Rede IP simétrica e Lote 3 – Rede IP – assimétrica.

Lote 1 - Rede IP Governo – Rede MPLS ou definida por software (SD-WAN/Tecnologias alternativas)

Lote 2 – Rede IP Simétrica – Disponibilidade mínima de 99,99% para o link principal de acesso Internet;

Disponibilidade mínima de 99,80 % para demais links da região metropolitana e 99,70% para links fora da região metropolitana.

Lote 3 – Rede IP assimétrica – Internet baixo custo sem integração com a Rede corporativa

3. Equipamentos em linha de produção

Premissa: Equipamentos dentro das especificações técnicas, não podendo estar em situação de end-of-life e end-of-sale, e recebendo atualizações de segurança.



Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro – PRODERJ

4. Tecnologia SD-WAN

Premissa: Permitir uso de tecnologias alternativas desde que gerenciadas por solução SD-WAN.

5. Roteadores com suporte a VOIP

6. SLAs (% de disponibilidade)

7. Banda/Velocidade mínima do link

Premissa: Estar relacionado com a demanda dos órgãos/justificativas para links inferiores a 4Mb.

8. NOC / SOC

Premissa: Gerenciamento e Monitoramento da Rede do Lote 1 deve contemplar o Lote 2, Serviços de segurança e tratamento de incidentes incluídos no lote 1 e cobrindo os links do lote 2, obrigatório no backbone e opcional nas remotas.

Sr. Daniel Luzente apresentou a topologia da rede pretendida e abriu para questionamentos e explicações.

1. Sr. Bruno Lemos (SEDEC) fez os seguintes questionamentos:

a) Analisando a rede da Secretaria de Defesa Civil, quase 90% dos links são de 512Mb, não atendendo a demanda atual. Solicitar o upgrade dos links no contrato atual, com valores de 7 anos atrás, resultaria em triplicar o custo, não sendo viável. Por isso, quanto tempo o PRODERJ está estimando para ter um novo contrato vigente?

Resposta: Sr. Daniel Luzente informou que a meta é estar licitado durante a vigência do contrato emergencial vigente, preferencialmente antes para realizar a migração dos links. Sr. Roberto Cardoso informou o histórico deste processo licitatório, confirmando os esforços do PRODERJ em atender de forma eficiente e dentro da legalidade, e ainda solicitou que o órgão encaminhe a necessidade do órgão ao PRODERJ com urgência e de forma justificada.

Sr. Daniel Luzente informou que com relação ao aumento dos valores de acordo com as solicitações de upgrade dos links, a melhor alternativa é aguardar o certame. Estima-se uma redução nos valores.

c) Quanto a segurança, estamos falando somente de Firewall, WAF, Camada 7 dentro da rede? E SLA's para abertura de regras de firewall. Qual a abordagem do PRODERJ para se adequar a várias regras de negócio diferentes?

Resposta: Em relação as regras de firewall, a operadora vai entregar um equipamento que ficará entre o roteador e a rede interna do cliente com as features de segurança e quantidade de regras.

Firewall, IDS, IPS, Antivirus, Antispyware.

d) Por que não ter um lote separado para rede privada para os órgãos aderirem, semelhante ao TJ?

Resposta: Seria uma mudança conceitual muito abrangente no momento, para esta licitação. Mas fica para avaliação para uma próxima licitação.

e) Porque não estabelecer somente SLA's ao invés de falar de tecnologias?

2

2



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro – PRODERJ

Resposta: Entendemos que precisávamos flexibilizar os meios para facilitar a competitividade, por isso foi colocado para a rede fora da rede metropolitana. Foi um primeiro passo, e será avaliado para uma próxima licitação.

f) A SEDEC entende como necessário que os SLA's da rede simétrica sejam iguais aos da rede corporativa. Poderia ser feito?

Resposta: O Sr. Daniel Luzente informou que não recebemos nenhum indicativo da SEDEC que o SLA não está atendendo. É necessário que os órgãos tragam suas dificuldades. O PRODERJ entende como um custo desnecessário, já que o acesso a internet é disponibilizado pela rede corporativa.

Mediante a necessidade informada pela SEDEC, foi sugerido de colocar opções de SLA's diferentes para cotação das operadoras, desde que seja demandado e justificado.

2. Sr. Custódio Junior (SEPOL) fez os seguintes questionamentos:

a) Treinamento, foi pensado para esta licitação?

Resposta: O Sr. Daniel Luzente informou que não optamos por treinamento de TI, mas pode ser enviado formalmente como sugestão para avaliação.

O Sr. Roberto Cardoso, informou que com relação aos treinamentos administrativos, será feito futuramente com os órgãos parceiros, primeiramente o PRODERJ foi priorizado. O Sr. Roberto Cardoso indicou os cursos da Escola de Contas do TCE.

O Sr. Waldecyro (SEPOL) informou que de acordo IN 01, está previsto o treinamento em novas tecnologias que venham a ser implementadas.

O Sr. Daniel Luzente informou que será avaliado.

b). Técnico residente, está previsto nos órgãos com redes de grande porte?

Resposta: O Sr. Daniel Luzente informou que está previsto no PRODERJ e que gostaria de ouvir as operadoras.

O Sr. Marcos Vinicius da OI, informou que tem que ser avaliado de acordo com a necessidade do órgão, e que representa um custo e que já trabalha desta forma em outros clientes. É necessário que esteja claro no TR a necessidade. O SLA de 99,99% é altíssimo, e as operadoras terão que fazer uma solução de contingência para atender este SLA, a maior possível. Quem arriscar mais, será mais competitivo. Quem arriscar menos, será menos competitivo.

A Sra. Renê da Embratel/Claro, concordou com a OI.

O Sr. Daniel informou que o SLA de 99,99% é só para IP dedicado de 1 Gb e que o SLA para rede IP assimétrica é de 93,33%.

O Sr. Marcelo da OI, informou que as penalidades tem que ser proporcionais aos riscos. Deve ser bem específico no TR as penalidades e soluções de contorno.

Sr. Roberto Cardoso informou que as penalidades são as previstas na lei 8666.

c) Fiscalização: Foi pensado em auditoria externa?

3



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro – PRODERJ

Resposta: Sr. Daniel Luzente informou que cada órgão terá o seu contrato e fará a sua fiscalização. Sugerimos que façam o curso da Escola de Contas do TCE. As penalidades são as previstas na lei 8666.

d). NOC / SOC seria obrigatório ou opcional para órgãos que já tem esse serviço?

Resposta: O Sr. Daniel Luzente informou que não pretendemos encarecer o valor do Link. Será obrigatório para o lote 1. E como opção para os outros lotes e atendimento a LGPD.

3. Sr. Waldecyro Barros (SEPOL) fez os seguintes questionamentos:

a) Será uma ARP, os órgãos terão que fazer o ETP? Solicitamos que sejam disponibilizados os documentos para o órgão.

Resposta: Sr. Daniel Luzente informou que sim. O ETP deve estar aderente ao nosso TR e Edital.

4. O Sr. Bruno (SEDEC) fez os seguintes questionamentos:

1. Existe modelo de ATA que se classificavam mais de um, no estado esta possibilidade é viável no caso da empresa vencedora não atenda o SLA?

Resposta: Sr. Roberto Cardoso, informou que já está previsto.

O Sr. Bruno informou que a SEDEC gostaria de acompanhar todos os passos da elaboração do ETP e TR.

Resposta: Sr. Roberto Cardoso, informou que é exatamente isso que queremos, que todos os órgãos participem de todo o processo.

5. O Sr. Felipe (SEEDUC) fez os seguintes questionamentos:

a. Com relação aos ETPs dos órgãos, existem o risco dos ETPs indicarem uma solução diferente do PRODERJ. Como o PRODERJ lidará com esta situação?

Resposta: O ETP dos órgãos tem que estar aderente ao TR do PRODERJ, conforme previsto na IN01. Por isso leiam a IN 01 e enviem as necessidades de forma justificada.

b. Rede assimétrica será com IP fixo? Quais as velocidades?

Resposta: O Sr. Daniel Luzente informou que não foi previsto. Previsto velocidade e banda mínima. Solicitou que envie a necessidade de maneira justificada para ser analisada.

O Sr. Marco Di Beneditto informou que foi enviado para o Bruno da SEDUC para analisar os links abaixo de 1mb.

c. Com relação a segurança para link assimétrico?

Resposta: O Sr. Daniel Luzente informou que não foi previsto, enviar necessidade de maneira justificada.

6. O Sr. Elenilson (SES) fez os seguintes questionamentos:

a) Vários links de 512 que não estão atendendo a Secretária. Como vou justificar o aumento se não tenho métrica?

Resposta: Sr. Daniel Luzente informou que foi sugerido no TR o mínimo de 4MB. Deve ser avaliado depois e futuramente ajustado, se necessário.

b). Com relação a parte de segurança, queremos agradecer pela inclusão.

O Sr. Marco Di Benedetto informou que chegou ao PRODERJ uma relação de questionamentos da Claro S/A, que serão lidos para todos e estará disponível para todos no site do PRODERJ.

Sra. Renê, da Claro, fez um resumo dos questionamentos enviados.

Sr. Bruno, da Claro, explicou que em relação aos equipamentos, o requisito deveria ser de equipamentos novos para garantir a competitividade, já que a operadora atual já tem os equipamentos.

Sr. Daniel Luzente informou que os equipamentos deverão estar em linha de produção, e informando que equipamentos novos aumentaria o custo.

Sr. Bruno, da Claro ainda discorda, afirmando diminuição da competitividade.

Sra. Renê, da Claro, informa que mesmo 4Mb de link mínimo não atenderia, mínimo deveria ser 6Mb.

Sr. Daniel Luzente informou que com relação a velocidade mínima, a velocidade do link mínimo foi para 4mb para garantir a competitividade. E que este requisito foi da própria Claro.

Em relação ao prazo de migração, Sr. Renê, da Claro informa que o prazo mínimo será de 6 meses.

7. Sra. Renê, da Claro, fez os seguintes questionamentos:

a) O que vai permitir na rede MPLS nativa? Vai ser permitida a última milha em rádio? Claro informa que deve ser deixado em aberto, visando apenas o SLA.

Resposta: Sr. Daniel Luzente informou que a questão será internalizada, mas a princípio atendendo os requisitos da ANATEL, sendo licenciado não se vê problema. É colocado desta forma para fora da rede metropolitana.

8. Sr. Lucas (Blockbit) sugeriu:

a) Ressaltar que com a liberação das tecnologias as penalidades deverão ser exemplares, explícitas no Edital para que não se olhe apenas para custo, mas para um serviço bem atendido.

9. Sr. Marcel (OI) ressaltou que:

a) Queremos abordar o SD-WAN é uma tecnologia nova, não madura, e que não transforma um acesso em um acesso melhor. Por isso nos pontos que se precisa manter o desempenho e disponibilidade devem ser feito em fibra ou rádio licenciado.



5

5

SLA, colocar 99,99%, e a cobrança em cima do SLA, é válido pela multa atrelada, mas não resolve a questão técnica. Se não tiver alinhado o TR com o SLA pode não atingir a economicidade nem o desempenho.

É importante olhar as necessidades, com os SLAs colocados capital e interior. Que seja bastante avallado.

A OI entregará por escrito uma relação de questionamentos, que também será disponibilizada no site do PRODERJ.

Nada mais disse ou foi questionado, que neste momento, 13:00 horas, encerrou-se a AUDIÊNCIA.

Rio, 10 de julho de 2019.

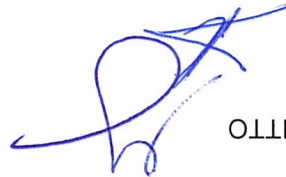
Empresas participantes:

TELEMAR NORTE LESTE S/A *Roberto Lourenço*
 CLARO S/A *Paulo R. Vasquez*
 BLOCKBIT *du castella*

ROBERTO CARDOSO



MARCELO LINTOMEN



DANIEL LUZENTE

MARCO DI BEDITTO

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
 Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro – PRODERJ

RIO DE JANEIRO
 GOVERNO DO ESTADO



26

Órgãos participantes:

SEDEC *[Handwritten signature]*

SES *[Handwritten signature]*

SEEDUC *[Handwritten signature]*

SEPOL *[Handwritten signature]*

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
 Centro de Tecnologia e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro – PRODERJ

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

